

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal 1 dos Direitos da

2 Criança e do Adolescente do dia 20 de março de 2003

3

4 Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e três, com início às oito horas e

5 trinta minutos, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da

6 Criança e do Adolescente - CMDCA, no Auditório da AMMVI, sito à Rua Alberto Stein, nº

7 466, bairro Velha, sob a coordenação do Presidente Everaldo Becker, representando a

8 Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, com a presença dos conselheiros:

9 Maria Teresinha da Silva, representando a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS;

10 Maurício Weidgenant e Marilei Terezinha Schreiner, representando a Secretaria

11 Municipal de Educação - SEMED; Maria Packer Weiss e Márcia Janice Blasius,

12 representando a Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente - SECRIAD;

Marilda

13 Angioni, representando a Universidade Regional de Blumenau - FURB; Dora Neves Moritz,

14 representando o Lions Clube Blumenau Garcia; Eva Salete Mendes Johann,

15 representando a CNBB - Pastoral da Criança; Sueli Aparecida de Souza

Hildebrandt,

16 representando o Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE; Patrícia

Morastoni

17 Sasse e Sônia Regina de Souza, representando a Associação Voluntários de São Roque;

18 Edna Ernestina Evangelista Gonçalves e Willfried Becker, representando a

Associação

19 Assistencial Lar Betânia; Úrsula Trude Richter e Creusa Matias Silva,

representando o

20 Centro de Educação Amiguinho Feliz; Helena T. Cassaniga Nascimento, Maria

Eunice M.

21 Bernat e Sílvia Rosatti do Programa Inter-Ação; Gláucia Antonieta dos Santos

Corrêa do

22 Conselho Tutelar Centro; Orlando Mattos Júnior, Gestor do Fundo Municipal

dos Direitos

23 da Criança e do Adolescente; Gustavo Mereles Ruiz Dias, Promotor da

Curadoria de

24 Defesa da Criança e do Adolescente; Nilvo Gartner e Eberhard Russ, do

CERENE. 1 -

25 Abertura dos Trabalhos: Dando início à reunião, o Presidente Everaldo

cumprimentou aos

26 presentes e deu boas vindas a Conselheira Marilda que será a Suplente

representante da

27 Universidade Regional de Blumenau - FURB, também comunicou o retorno da

Conselheira

28 Maria Aparecida como Suplente da CNBB - Pastoral da Criança e lembrou os

29 aniversariantes do mês de março. O Presidente solicitou a colaboração dos Conselheiros

30 para a apresentação de uma mensagem na próxima reunião, sendo que a Conselheira

31 Márcia prontificou-se a trazer. O Presidente questionou se todos receberam o resumo

32 das correspondências recebidas e enviadas pelo CMDCA, lembrando que a partir desta

33 data, serão lidas em plenária somente as correspondências que precisarem de

34 deliberação, as demais os Conselheiros tomarão conhecimento através do resumo e as

mesmas estão disponíveis para maiores esclarecimentos. A 35 Conselheira Marilda

36 questionou se as Comissões tem prazo para dar retorno das correspondências. A

37 Assessora Silvia respondeu que as Comissões tem um espaço nas reuniões e que neste

38 momento se posicionam sobre as correspondências que são de sua competência. O

39 Presidente Everaldo passou a palavra para a Conselheira Dora, que fez leitura das

40 seguintes correspondências: 1) Ofício n° 036/2003 - 4ª PJ Blumenau - Ofício

41 encaminhando cópia do termo de declarações de Patrícia Savi que foi atendida pelo

42 Conselho Tutelar Garcia e pela SEMAS e questiona os encaminhamentos dados, para

43 averiguação da situação e as providências necessárias. Após a leitura da correspondência

44 o Presidente Everaldo disse que em relação à funcionária da SEMAS, que esta Secretaria

45 irá conversar com a usuária e que será aberto inquérito administrativo para apurar se

46 houve irregularidades no atendimento prestado. A Conselheira Sônia apresentou também

47 uma situação de uma criança vítima de espancamento e que foi feito contato com o

48 Conselho Tutelar e a Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente. Disse

49 que a entidade que representa, discorda dos encaminhamentos feitos pelo Conselho

50 Tutelar e pela Delegacia. Após algumas considerações ficou definido que: quanto à

51 situação apresentada pela Conselheira Sônia, que a mesma faça por escrito e encaminhe

52 cópia à SECRIAD para as providências administrativas e ao CMDCA para análise e

53 providências. Quanto ao ofício encaminhado pela promotoria, foi acatada a sugestão do

54 Conselheiro Maurício de encaminhar um ofício à SEMAS e outro à SECRIAD solicitando as

55 providências e um retorno no prazo de 10 dias. A Conselheira Salete leu: 2) Ofício

56 encaminhado pelo CERENE, que solicita a substituição das Conselheira Sueli e Anegriet,
57 por Nilvo Gaerner e Eberhard Russ respectivamente como novos Conselheiros Titular e
58 Suplente junto à este Conselho. O Presidente Everaldo cumprimentou os novos
59 Conselheiros e a Conselheira Sueli justificou que sua saída e da Conselheira Anegriet se
60 devem a compromissos particulares que as impedem de freqüentarem assiduamente as
61 reuniões. Dando continuidade, a Conselheira Dora leu: 3) Ofício n° 021/2003 da
62 SECRIAD, onde o Secretário Daniel Régis esclarece o papel do Programa Interação. 4)
63 Ofício n° 1084 do Fórum Municipal das Entidades Governamentais de Defesa e Garantia
64 dos Direitos da Criança e do Adolescente que apresenta o manifesto de Blumenau 2002,
65 que coloca sobre a situação enfrentada pelas entidades de atendimento. O Presidente
66 Everaldo sugere ampliação desta discussão envolvendo os gestores das políticas, o Fórum
67 DCA e os Conselhos Setoriais. O Conselheiro Maurício questiona se o que foi posto no
68 manifesto, se refere ao CMDCA. A Conselheira Patrícia diz que muitas coisas que foram
69 colocadas no manifesto já foram resolvidas. O Conselheiro Maurício diz que é preciso
discutir no CMDCA, as coisas que são do Conselho e questiona se 70 é o Conselho que tem
71 que chamar para esta discussão. Salienta ainda, que o Fórum DCA poderiam estar
72 articulando com o governo, com os Conselhos Setoriais e com os outros envolvidos. A
73 Conselheira Patrícia sugere que este assunto fique para próxima pauta. O Presidente
74 Everaldo coloca que será reservada uma hora da pauta da próxima reunião para
75 discussão deste assunto. Após um breve intervalo, deu-se continuidade à reunião e a
76 Conselheira Creusa justificou a ausência da Conselheira Úrsula. O Presidente Everaldo
77 cumprimentou o Promotor Sr. Gustavo , Promotor da Curadoria de Defesa da Criança e
78 do Adolescente, presente neste momento na reunião. Apreciação das Atas: Foram
79 colocadas em apreciação as atas das reuniões dos dias 06 e 20 de fevereiro e 06 e 10 de
80 março de 2003. As três primeiras atas foram aprovadas por unanimidade e a ata do dia
81 10 de março também foi aprovada, porém com uma alteração sugerida pelo Conselheiro

82 Maurício. A alteração será incorporada à ata e a mesma trazida na próxima reunião para
83 assinatura. Momentos dos Conselhos Tutelares: A Conselheira Tutelar Gláucia
questiona
84 se o CMDCA recebeu uma correspondência que encaminhava o Regimento
Interno dos
85 Conselhos Tutelares. A Assessora Sílvia esclarece que a mesma foi
encaminhada para a
86 Comissão de Normas e Registro. A Conselheira Gláucia colocou ainda, que em
janeiro foi
87 comprado um novo computador para o Conselho Tutelar Centro, que até o
momento o
88 mesmo não está em funcionamento e que o Conselho Tutelar Centro solicitou
à
89 Superintendência Administrativa-Financeira a troca do aparelho. O Presidente
Everaldo
90 sugere que seja oficializado a SECRIAD, para que a mesma se posicione quanto
à
91 resolução deste problema até a próxima reunião ordinária. O Superintendente
92 Administrativo-Financeiro disse que o problema já está sendo gerenciado e
que assim
93 que for resolvido será encaminhado para Florianópolis para a instalação do
SIPIA. O
94 Presidente coloca sua proposta em apreciação e a mesma foi aprovada. A
Conselheira
95 Gláucia informa que os Conselheiros estão participando de uma formação e
que tem um
96 Conselheiro Tutelar de plantão 24 horas. Momento das Comissões: Comissão
Especial de
97 Discussão e Elaboração de Critérios de Financiamento: A Conselheira Patrícia
leu o
98 relatório da Comissão e apresentou o mapa elaborado e disse que a Comissão
irá avaliar
99 a Pesquisa Diagnóstico da Situação da Infância e Adolescência no Município de
100 Blumenau, as propostas da III Conferência dos Direitos da Criança e do
Adolescente, os
101 relatórios dos Conselhos Tutelares e que serão observadas as lacunas no
atendimento,
102 definido em resolução os critérios de financiamento e feito um edital para
tomar público
103 os critérios de financiamento e a forma de acesso aos recursos do FIA. A
Assessora Sílvia
104 esclareceu que o mapa ainda não foi concluído e o Conselheiro Maurício falou
que a
Comissão percebeu as concentrações de atendimento em alguns locais, 105 é o
caso dos
106 CAIC's, CSU's e Fundação Cultural de Blumenau. O Promotor Gustavo diz que
o ideal é
107 que se destine recursos para a Proteção Especial e Sócio-Educativos e que
não seja
108 utilizado recursos do FIA para financiar Políticas Públicas, que é
responsabilidade do

109 governo. O Conselheiro Maurício diz que o Conselho mapeou os atendimentos para poder

110 identificar as lacunas e que ainda não está definido o que financiar. Foi esclarecido que

111 a LDO - 2003 prevê o pagamento de Programas de Proteção, Sócio-Educativos e de

112 Prevenção e que somente nos Programas de Prevenção é que serão estabelecidas

113 prioridades, visto tratem-se de programas pertencentes às políticas públicas. A

114 Conselheira Maria Packer questiona qual o objetivo da Comissão hoje, e a Conselheira

115 Patrícia esclarece que a Comissão trouxe para conhecimento as discussões feitas até o

116 momento e que precisa de uma reunião extraordinária para discutir todos os critérios.

117 Foi proposta a data de 27 de março e a mesma foi aprovada pela maioria dos

118 Conselheiros e com o voto contrário da Conselheira Marilda. Houve uma manifestação

119 por parte do Promotor Sr. Gustavo, quanto ao tratamento diferenciado na questão da

120 Entidade Promenor, o assunto foi debatido pelos conselheiros. Não tendo sido esgotado o

121 assunto, o mesmo será debatido numa outra oportunidade. Comissão Especial do

122 Processo de Escolha do Conselho Tutelar Garcia: A Conselheira Edna relatou que a

123 Comissão ainda não teve tempo de fazer uma avaliação, e fez a leitura da situação

124 ocorrida no dia da votação envolvendo o Candidato Oseas Alfredo da Silva. A Conselheira

125 Dora expõe que, “mesmo com todo o cuidado que o Conselho tomou para que não

126 houvesse fraudes, mesmo assim houveram situações em que delegados que não faziam

127 parte da entidade se inscreveram para votar”. Quanto à situação do Candidato Oseas

128 ficou definido pela plenária e que se encaminhe o caso para a SECRIAD, para que seja

129 aberto inquérito administrativo para apurar a irregularidade ocorrida durante a eleição.

130 Também foi apresentada a situação de um Delegado que votou com Carteira Nacional de

131 Habilitação. O Promotor Gustavo citou o decreto que diz que este documento também é

132 um documento de identificação. Comissão de Normas e Registros: A Conselheira Maria

133 Packer apresentou à plenária as duas propostas feitas pela comissão, sendo:

a) Que o

134 CMDCA oficialize a Câmara Municipal de Vereadores, explicando o papel do CMDCA e da

135 Comissão de Normas e Registro e solicitando que encaminhem um representante da
136 Câmara para fazer parte de uma comissão que discutirá a Lei Complementar Municipal
137 n° 18/91 e que aguardem os encaminhamentos desta Comissão antes de colocarem o
138 assunto em discussão na Câmara. b) Que seja formada uma comissão para discussão da
139 Lei n° 18/91, composta dos seguintes representantes: Comissão de Normas e Registro do
CMDCA (06), Câmara Municipal de Vereadores (01), Ministério Público (01), Poder
141 Judiciário (01), SECRIAD (01), Conselhos Tutelares (01), Fórum DCA (01), Associação
142 Catarinense de Conselheiros Tutelares - ACCT (01) - Total de 13 integrantes. As duas
143 propostas apresentadas foram aprovadas por unanimidade e ficou definido que o ofício
144 para a Câmara será entregue pelo Presidente Everaldo e pelo Secretário Daniel. Foi
145 distribuído para os Conselheiros textos sobre: O Conselho Tutelar, Requisitos à
146 Candidatura de Conselheiro Tutelar, Definindo a Escolha. Estes textos servirão de
147 subsídio para a discussão das alterações da Lei n° 18/91. Palavra Livre: O Conselheiro
148 Maurício relatou que recebeu o documento da ACCT, numa reunião da Comissão Especial
149 de Critérios de Financiamento e que estranhou o nome de Roberto Saut como
150 representante do CMDCA. Após discussão ficou definido que será enviado ofício para o
151 Presidente e Coordenadora Regional da ACCT e para Roberto Saut, para esclarecer esta
152 situação. Nada mais havendo, o Presidente Everaldo deu por encerrada esta Reunião
153 Ordinária às onze horas e cinquenta minutos, da qual eu, Helena T. Cassaniga
154 Nascimento, lavei a presente ata, que depois de aprovada será assinada por mim e
155 pelos presentes.
156 Blumenau - SC, 20 de março de 2003.
157
158 Presentes:
159 Everaldo Becker.....

160 Maria Teresinha da Silva

161 Maurício Weidgenant.....

162 Marilei Terezinha Schreiner

163 Maria Packer Weiss.....

164	Márcia Janice Blasius
<hr/>	
165	Marilda Angioni
<hr/>	
166	Dora Neves Moritz
<hr/>	
167	Eva Salete Mendes Johann.....
<hr/>	
168	Sueli Aparecida de Souza Hildebrandt
<hr/>	
169	Patrícia Morastoni Sasse.....
<hr/>	
170	Sônia Regina de Souza
<hr/>	
171	Edna Ernestina Evangelista Gonçalves.....
<hr/>	
172	Willfried Becker.....
<hr/>	
173	Úrsula Trude Richter.....
<hr/>	
174	Creusa Matias Silva.....
<hr/>	
175	
176	Cientes:
177	Nome: Assinatura:
178
<hr/>	
179
<hr/>	
180
<hr/>	
181
<hr/>	
182
<hr/>	
183
<hr/>	
184
<hr/>	
185
<hr/>	
186
<hr/>	
187
<hr/>	